

Entre o ideal e o possível: reflexões sobre a construção do currículo de Jornalismo da UFPE

Ma.Luiza Nóbrega de Moraes

RESUMO

O artigo formula algumas questões a respeito da elaboração do currículo do Curso de Jornalismo da UFPE, refletindo a abertura à uma ampla participação dos vários segmentos que compõem a profissão e abrindo espaços nunca antes considerados pela instituição, ao mesmo tempo em que permite compartilhar a experiência com outros segmentos intra e interinstitucionais. Ele nasce no Projeto Político Pedagógico e estrutura-se na necessidade da revisão constante para aperfeiçoamentos.

Palavras-chave: Ensino do Jornalismo - Projeto Político-Pedagógico - Currículo

ABSTRACT

The paper aims to reflect the Journalism course module creation at Federal University of Pernambuco-UFPE, showing the participation of different areas of the Journalism. The module is part of the Politic Pedagogical Project and it is based on the necessity of regular revision for its improvement.

Key words: Journalism - Politic Pedagogic Project - course modules

RESUMEN

El artículo formula algunas cuestiones respecto a la producción del currículo de la carrera de Periodismo de la UFPE, reflexionando sobre la apertura a una amplia participación de los varios segmentos que componen la profesión, abriendo espacios que antes no han sido considerados nunca por la institución, permitiendo compartir la experiencia con otros segmentos intra e interinstitucionales. El nace en el Proyecto Político Pedagógico y se estructura en la necesidad de una revisión constante para perfeccionamientos.

Palabras clave: Enseñanza de Periodismo - Proyecto Político-Pedagógico - Currículo

Maria Luiz Nóbrega de Moraes é professora do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Pernambuco, coordenadora da Comissão de Reestruturação do currículo de Jornalismo. e-mail: mluizanm@hotmail.com.br

Parece óbvio dizer das dificuldades de elaboração de um Projeto Político Pedagógico. Entretanto são tantas as contradições que surgem ao longo desse percurso que refletir um pouco sobre o processo nunca é um exagero.

Do Plano Nacional de Graduação à construção do currículo, como revelador da identidade e dos propósitos, vários questionamentos se interpõem ao longo da caminhada. As discussões sobre princípios norteadores, a educação como suporte para impulsionar um projeto neoliberal de sociedade, a normalização burocrática e ainda questões apaixonantes, como autonomia, qualidade e participação, antecedem e permeiam as reflexões. Junte-se a isso, o pouco trato e a razoável incompreensão que temos em relação às variáveis de educação, teremos um quadro complexo e difícil de atravessar sem maiores percalços. A complicada compreensão desse conjunto de fatores interrelacionados é a matriz que permite escolhas conscientes e propósitos claros.

As reflexões sobre a elaboração do currículo do Curso de Jornalismo da UFPE passam por alguns questionamentos dessa natureza. O nosso currículo considera as discussões sobre o assunto e reflete, de uma certa maneira, a abertura à uma ampla participação dos vários segmentos que compõem a profissão, abre espaços nunca antes considerados pela nossa instituição, permitindo compartilhar a nossa experiência com outros segmentos intra e interinstitucionais. Ele nasce no Projeto Político Pedagógico da nossa instituição e estrutura-se na necessidade da revisão constante para aperfeiçoamentos. Não temos pretensão de ser ousados ou revolucionários mas queremos sobretudo ser sensatos e estar susceptíveis às avaliações permanentes e às mudanças e ajustes que nos mostrem as nossas contradições e nos indiquem novos caminhos. Nesse contexto, permanente é a educação enquanto processo, transitórias são as demandas conjunturais e localizadas.

Neste período em que a universidade reformula, de uma maneira geral, o conjunto dos seus cursos, a discussão maior remete ao dilema dos tempos correntes: a Universidade é um centro de construção do saber e do conhecimento e pelo domínio dos saberes se

aproximaria das soluções no contexto das sociedades? Ou seria apenas uma instituição que minimiza o seu papel institucionalizando a formação de mão de obra para abastecer um mercado exigente com demandas transitórias? Um dos documentos produzidos pelo *ForGrad* (2000, p.10) parece deixar clara a primeira opção:

[...] a formação em nível superior para possibilitar a inserção profissional nesta realidade exige a construção de uma relação com o conhecimento que leve a efetivo domínio de seus fundamentos, e não apenas à assimilação das possíveis aplicações momentâneas.¹

¹ FORUM DE PRÓ-REITORES DE GRADUAÇÃO DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS. *O currículo como expressão do Projeto Pedagógico: um processo flexível*. Niterói, 2000, 24p.

Já não é a antiga e ultrapassada guerra entre os teóricos e os práticos que morreu no tempo e com a qual se perderam oportunidades irre recuperáveis. A discussão migrou dessa antinomia e parece estabelecer novos parâmetros e outros tantos equívocos. A *bola da vez* é a qualidade, expressa como um conceito vinculado à competitividade e à preparação para o trabalho, proclamando o livre mercado e a livre iniciativa como destino dos povos. Essa discussão aparentemente distante avança na direção da educação e dos currículos com muito mais velocidade do que se poderia prever, impondo novos padrões de avaliação baseados na eficiência, eficácia e produtividade como única forma de acesso à modernidade (SILVA, 1997).²

² SILVA, Tomás Tadeu. A "nova" direita e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia. In: GENTILLI, Pablo A. A.; SILVA, T. T. (org.) *Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas*. Petrópolis: Vozes, 1997. p 9-31

Em torno desse eixo modernizante articulam-se conteúdos, critérios de avaliação e mecanismos de pressão, internos e/ou externos, que aparentemente parecem partir de outras matrizes e interesses mas, na prática, comungam no essencial e diferem no periférico.

³ DEMO, Pedro. Qualidade da educação, - tentativa de definir conceitos e critérios de avaliação. In: *IPEA*, Brasília, 1995. 38p. DEMO, Pedro. *Avaliação qualitativa*. Campinas. Autores Associados. 1994 (Coleção Políticas do Nosso Tempo, v.25).

No percurso entre a intenção e o gesto, agudizam-se as contradições do modelo quando o proselitismo das cartas de intenção necessitam transformar-se na definição de perfis profissionais, normas, legislação, critérios de avaliação etc. Os indicadores de qualidade ainda são, proposital ou não, conservadores demais e se restringem basicamente a índices quantitativos que medem a qualidade formal, ou seja, refere-se "*a competência de produzir e aplicar instrumentos, tecnologias, método, ciência*" (DEMO, 1995).³ Ganham espaço os indicadores tecnológicos e se perdem as discussões éticas e as questões vinculadas à cidadania.

⁴ MARANHÃO, Éfrem de Aguiar. Qualidade: a grande tendência da educação superior. In: *Revista Adm. Educacional*, Recife, v.1, n. 3, p- 131-140, jan./jun. 1999.

⁵ FORUM DE PRÓ-REITORES DE GRADUAÇÃO DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS. *Plano Nacional de Graduação: um projeto em construção*. Ilhéus, 1999. 33p.
FORUM DE PRÓ-REITORES DE GRADUAÇÃO DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS. *Do pessimismo da razão para o otimismo da vontade: referências para a construção dos projetos pedagógicos nas IES brasileiras*, Curitiba, 1999.

Maranhão, quando discute a qualidade como tendência da educação universitária, pauta a sua discussão nos índices quantitativos da expansão do ensino superior (MARANHÃO, 1999).⁴ Embora citando este autor que me ocorre no momento, até pela proximidade institucional, não é ele o arauto solitário dessas idéias. As metas e parâmetros estabelecidos para a expansão da graduação no Plano Nacional de Graduação privilegiam o mesmo roteiro.⁵ Indicadores quantitativos são de definição mais concreta, operação menos complexa e oferecem melhor visibilidade aos resultados.

Os PPP, em geral, são avançados nas propostas, mas conservadores na operacionalização porque esbarram, entre outras questões, com o problema da autonomia. Como podem funcionar as novas opções de cursos e currículos sem refletir a questão da autonomia? A autonomia se expressa como contrapartida institucional para a liberdade acadêmica enquanto princípio (FORUM DE PRÓ-REITORES DE GRADUAÇÃO DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS, 1999). Abre para a flexibilidade dos conteúdos, critica as corporações profissionais, a regulamentação das profissões e suas conseqüências acadêmicas, quando, na realidade, no outro extremo faz alianças e opções que comprometem os conteúdos e a organização dos cursos.

A autonomia não pode ser refletida apenas da perspectiva dos conteúdos, ela também se expressa na execução e na avaliação. Essa discussão é sobretudo importante para as habilitações que pretendem se desvincular da matriz coletiva e estabelecer seu próprio caminho. A autonomia administrativa, privilegia estilos de gestão, controles normativo-burocráticos, administração de recursos etc. A autonomia jurídica considera a elaboração de normas e orientações próprias e adequadas (contratação de professores, matrículas, concessão de graus) às suas especificidades. A autonomia financeira propicia mobilidade para captação e uso de recursos (remanejamento de recursos, elaboração e orçamentos e priorização na aplicação de recursos). A autonomia pedagógica reflete a liberdade de privilegiar os conteúdos e as metodologias, a organização curricular, as estratégias de avaliação, entre outros

⁶ VEIGA; RESENDE, 1998.

elementos, que refletem a identidade do seu Projeto através das opções que prioriza. É, principalmente, neste momento de reflexão sobre a autonomia pedagógica que se amplia a produção do conhecimento expressa na construção de um currículo que define, interna e externamente, a essência e a identidade do curso.⁶

Como as questões da autonomia, até mesmo em função da própria construção da grade curricular, acaba privilegiando a discussão da autonomia pedagógica, os outros aspectos ficam relegados e a ousadia das proposições terminam na impossibilidade de viabilizar e conduzir inovações mais arrojadas.

Da intenção ao gesto

A construção da nossa proposta curricular se inscreve no contexto dessas discussões e contradições.

Numa primeira aproximação com o assunto, as discussões institucionais em torno na construção do Projeto Político Pedagógico da Universidade, configuram-se como um dos momentos mais instigantes do processo. As discussões políticas, as especificidades dos cursos e a participação coletiva proporcionaram frutíferos debates e acaloradas discordâncias.

Passar desse estágio para a construção de uma opção diferenciada implica esclarecer que uma proposta político pedagógica é sobretudo uma mudança de mentalidade. E não se reordena o real sem refletir sobre ele. A prioridade estabelecida foi tentar construir uma opção viável que não se pretendesse demolidora das experiências positivas alcançadas ao longo dos anos mas arejar e renovar sem receio de enfrentar as dificuldades que naturalmente vão-se interpor ao longo do caminho.

O princípio básico foi a participação, ou seja, a abertura para considerar e refletir, sem preconceito, sobre informações e experiências procedentes de variadas instâncias, de propostas e interesses variados. Consulta a pesquisas sobre as tendências do mercado de trabalho, documentos oficiais, currículos de outras instituições, relatórios, sugestões de professores e pesquisadores de outras instituições, recomendações dos órgãos de classe etc. Um dos momentos mais interessantes foi a consulta a profissionais de

Jornalismo distribuídos em todo o país onde as respostas coletadas nos permitiu vencer com mais segurança o receio de introduzir conteúdos teóricos. A pergunta lançada - via internet - e respondida por inúmeros profissionais fazia a seguinte indagação: *o que vc precisou usar na sua vida profissional que o seu curso de Jornalismo esqueceu de lhe ensinar?* O conjunto das respostas aponta para a necessidade de abrir o leque para as disciplinas de apoio, ou seja, para as áreas do conhecimento aplicáveis ao Jornalismo (História, Filosofia, Política, Economia, etc.). Por outro lado, a pressão para a qualificação técnica oriunda de outros setores associada à necessidade de não dilatar a carga horária total determina que se façam opções claras e objetivas. Neste momento, as discussões são acaloradas porque tratam das questões políticas que envolvem a formação profissional na área. Todo este conjunto de aspectos sobre o qual trabalhamos, foi igualmente considerado como ponto de partida para compreender melhor as demandas, as orientações e os questionamentos que desabrocharam ao longo do processo. De uma certa forma, a abertura pela flexibilidade permitindo um percurso individual, favorece transitar sobre a diversidade de interesses embora não dilua todas as contradições.

O segundo princípio resgata a responsabilidade de todos que fazemos o Departamento de Comunicação na elaboração dessa proposta. Cada um dentro das suas competências e habilidades. A construção coletiva não implica na presença física em todos os momentos mas no espaço que cada um tem disponível para se exprimir, criticar e colaborar. Se o processo é coletivo, o produto não poderia ser diferente. A opção pela omissão não exime da responsabilidade nem do compromisso.

O terceiro princípio considera que a revisão e avaliação permanente é o caminho para o aperfeiçoamento e correção das falhas.

Partindo dessas discussões, foi elaborado um currículo cuja concepção prevê a importância das diversas áreas e onde a avaliação considera diferentes atividades acadêmicas que tenham vinculação explícita com o projeto do curso. Os espaços de flexibilização encontram respaldo na estrutura do curso e com ele devem manter uma relação formal respaldada

por critérios de validação conforme as normas institucionais. Essa normalização está expressa no Projeto Político Pedagógico da UFPE.⁹

As atividades acadêmicas para integralização do curso compreendem as disciplinas de graduação, iniciação à pesquisa, docência e extensão, estágio curricular, vivência profissional complementar, participação com apresentação (oral e/ou pôster) em eventos científicos e, ainda, disciplinas de pós-graduação. Neste conjunto, a flexibilização não compreende apenas a trajetória pessoal do aluno baseada na escolha das disciplinas, mas a minimização de co e pré-requisitos, permitindo maior mobilidade dentro do curso.

O novo currículo considera como obrigatório um conjunto de disciplinas obrigatórias, inspiradas no delineamento do perfil profissional, que constituem um percentual significativo disponibilizado para priorização dos conteúdos diretamente vinculados à formação do jornalista.¹⁰ A flexibilização contempla aproximadamente 40% da carga horária total incluindo, neste grupo, as atividades de pesquisa, monitoria e extensão. Ou seja, é razoável o espaço que o aluno dispõe, dentro de uma carga horária total de 2700 horas, para caminhar sobre os seus interesses nas atividades de formação complementar. Esses percentuais estão considerados de acordo com as normas do Projeto Político Pedagógico da Universidade Federal de Pernambuco que estabelece as determinações para o conjunto da instituição.

É possível que com as revisões e avaliações periódicas, surja a possibilidade de discutir deslocamentos de espaços, ampliando a flexibilidade na direção da formação complementar definida, em nosso projeto, como Tópicos Avançados.

Esses tópicos representam espaços de formação complementar que oferecem aprofundamentos em áreas específicas. A proposta é fortalecer através desses espaços aquelas áreas de conhecimento que não foram contempladas no núcleo de disciplinas obrigatórias e evitar que o aluno procure migrar para estas disciplinas dentro de outros cursos perdendo assim as relações entre o Jornalismo e o conjunto das demais áreas. Uma migração desorientada para áreas complementares dentro de outros cursos pode

⁹UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Pró-Reitoria para Assuntos Acadêmicos. *Normas e procedimentos para a criação de cursos e reforma curricular*. Recife. 2001. 24p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Pró-Reitoria para Assuntos Acadêmicos. *Projeto Pedagógico: diretrizes da reforma curricular*. Recife. 2002. 19p.

minimizar a importância do Jornalismo em relação a estas áreas tradicionais e reconhecidamente consolidadas. Os Tópicos Avançados (TA) distribuem-se entre Jornalismo Especializado, Teoria da Comunicação, Produção Audio-visual que inclui novas tecnologias e ainda Gestão de Empresas Jornalísticas. A composição da grade curricular, no que diz respeito aos Tópicos Avançados é bastante rica em sua diversidade, oferecendo opções para uma especialização dentro do próprio curso. Conseguir ampliar o percentual de carga horária para um aproveitamento mais amplo desses espaços é uma questão política que precisa ser reavaliada a partir da experiência na execução da proposta.

Jornalismo Especializado considera a formação dos jornalistas em áreas específicas. Este tópico foi estruturado considerando sugestões de professores e de editores especializados da imprensa escrita nacional que esclareceram áreas de atuação dentro das especialidades e apontaram falhas na formação profissional. As disciplinas tratam de reportagens especializadas em política, em economia, em esporte, em polícia, etc.. Oferece ainda Jornalismo Científico, Jornalismo e Literatura, Jornalismo Investigativo, Jornalismo Cultural, Narrativa Jornalística, A crítica no Jornalismo, Produção de Revistas, Crítica Teatral, Mídias alternativas, Jornalismo e Cinema, Jornalismo Ambiental, Semiótica do Jornalismo, entre outras disciplinas e algumas oficinas. Estão previstos para este e para os demais tópicos, seminários que representam um espaço de atualização e suporte para outras disciplinas.

Produção audiovisual trabalha a formação direcionada para rádio, televisão e novas tecnologias. Este tópico foi estruturado por professores da área e considerou sugestões de profissionais da área na mídia local. As disciplinas versam sobre Direção de Documentários, Estética e Produção de Videoclips, Produção em Hiperídia, Discursos Etnográficos e Meios Audiovisuais, Produção de Vinhetas Computadorizadas, Pesquisa em Audio-visual, Rádio e Internet, Reportagem para Internet, Oficina Temática de Reportagem para Rádio e Internet, Oficina de Reportagem para Rádio e Internet, Fotografia Aplicada, Teoria da Imagem, Criação e Produção de Imagem, Linguagem audiovisual, Redação para TV e

¹⁰ Outras referências tomadas em consideração no artigo: AZEVEDO, Janete M. Lins de. *A educação como Política Pública*. Campinas: Editora Autores Associados, 2001. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, v. 56) BRASIL. Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação. *Diretrizes curriculares para a área de Comunicação Social e suas habilitações*. Brasília, 2001. 9p. F E D E R A Ç Ã O NACIONAL DOS JORNALISTAS - FENAJ. Departamento de Educação. *Bases de um programa de estímulo à qualidade da formação em Jornalismo*. [São Paulo, 1998]. 28 p. VEIGA, Ilma p.a. *Perspectivas para a reflexão em torno do Projeto Político Pedagógico*. In: _____ & RESENDE, Lúcia Maria Gonçalves. (orgs) *Escola: espaço do projeto político pedagógico*. Campinas, Papirus, 1998. p. 9-32.

Rádio Comunitária.

Teoria da Comunicação é um espaço direcionado para aprofundamento na área. Foi estruturado por professores e pesquisadores de várias universidades brasileiras e disponibiliza as seguintes disciplinas: Comunicação e Cultura Urbana na Contemporaneidade, Estudos Culturais, Estética e Cultura de Massa, Configurações do Pós-Moderno: Sociedade & Discursos, Teoria Crítica e Comunicação, Pensamento Comunicacional Latino-Americano, Introdução às Ciências Cognitivas, Ética numa Civilização tecnológica, História das Matrizes do Pensamento Científico, O Humor na Mídia: Jornalismo, Entretenimento e Publicidade, Introdução à Semiótica, Folkcomunicação, Economia Política da Comunicação, Comunicação Rural e Desenvolvimento Local, Ideologia e Linguagem e ainda Estudos de Recepção.

Gestão de Empresas Jornalísticas oferece as disciplinas: Administração de Empresas de Comunicação, Comunicação Organizacional, Jornalismo Empresarial, Marketing aplicado ao Jornalismo, Consultoria em Comunicação, Empreendedorismo. Algumas outras disciplinas de suporte ao tópico podem ser realizadas no Curso de Administração.

As normas da universidade consideram que o núcleo de formação específica deve considerar no mínimo 50% da carga horária plena enquanto que o núcleo de formação livre que tem por base a escolha e os interesses individuais não deve exceder 10%. O núcleo de formação complementar é opcional e deve ser conduzido de forma orientada ficando a critério do colegiado do curso, dependendo da disponibilidade dos docentes (UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, 2002).

É um avanço positivo a universidade restaurar a importância do Colegiado do Curso, tão desgastado e desprestigiado na condução das discussões acadêmicas, e ainda reconhecer a institucionalização da orientação acadêmica. É um recuo condicionar essa atividade a uma relação numérica cada vez mais complicada. Nos cursos independentes, essa relação pode ser mais justa, mas nos cursos de matriz comum – Comunicação Social – as tutorias representam sobrecarga considerando as demais atividades já exercidas numa rotina de trabalho compartilhada entre o conjunto das habilitações. Faltam-nos professores. Falta-nos autonomia.

Na distribuição da carga horária plena, optamos por concentrar a carga horária ocupada com disciplinas na primeira metade do curso, abrindo aos poucos para a formação complementar quando o aluno já teria um conhecimento que lhe permite mover-se com mais segurança nas suas opções e nas discussões com o orientador. Os dois últimos semestres estariam praticamente disponibilizados para o aprofundamento nas áreas de interesse do aluno.

Outras questões precisam ser mais aprofundadas e discutidas com mais freqüência. Entre elas, a questão da interdisciplinaridade que instaura o diálogo entre as disciplinas, forçando a eliminação de barreiras e limites entre os feudos. Essa construção da interdisciplinaridade é produto da reflexão sobre o encontro entre as experiências e competências em áreas especializadas.

Os problemas de infra-estrutura podem torpedear o nosso projeto. As práticas demandam laboratórios atualizados, não para competir com o mercado mas para oferecer um mínimo possível de condições para trabalhar novas linguagens, elaborar produtos de qualidade e responder às demandas básicas na operacionalização das nossas propostas.

O esforço e o estímulo dentro do curso no sentido de melhorar a qualidade e o momento propício da reforma curricular potencializam esse desejo de mudança. Cabe a todos aproveitar essa oportunidade para desenvolver um espírito crítico que se traduz na vigilância permanente das nossas falhas e na busca do aperfeiçoamento.